

**“Novas práticas em psicologia comunitária: do estudo sobre o assistencialismo  
ao encontro com adolescentes.”**

**Autor:** Ana Alice da Silva Cafolla ([nana\\_cafolla@hotmail.com](mailto:nana_cafolla@hotmail.com))  
Estudante do 5º ano de Psicologia – Universidade Estadual de Londrina (UEL)

**Co-autores:** Alejandra Astrid León Cedeño ([alejandra@uel.br](mailto:alejandra@uel.br)) – Profa. Depto Psicologia Social e Institucional – UEL.

Alana Leite da Silva ([alana\\_lumina@hotmail.com](mailto:alana_lumina@hotmail.com)); Márcia Figueiredo Tokita ([marciatokita@hotmail.com](mailto:marciatokita@hotmail.com)); Ivelize Cruz Duarte ([ivelizecruz@hotmail.com](mailto:ivelizecruz@hotmail.com)) – Estudantes do 5º ano de Psicologia da UEL

## 1. INTRODUÇÃO

A disciplina acadêmica Tópicos Avançados em Psicologia, contida no quarto ano do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina, possibilita que os graduandos escolham a área de maior interesse para a realização de um projeto de pesquisa. Assim como, permite a escolha do docente/orientador, estes são apresentados aos graduandos por suas áreas de afinidade e trabalhos desenvolvidos. Esta possibilidade, não tão comum durante a graduação, permite que os estudantes possam se dedicar ao estudo de áreas ou temas que despertam afetações, mas que ainda não foram aprofundados.

Assim, o presente grupo foi reunido em torno do desejo de descobrir novas práticas em Psicologia Social, buscando trabalhar com algo que não tínhamos tido contato na graduação e que nos despertava a atenção, a Psicologia Comunitária. A nossa preocupação inicial era intervir de maneira efetiva em uma comunidade de periferia, a partir de um estudo que elucidasse os efeitos de práticas assistencialistas na subjetividade dos assistidos. No entanto, esse tema acabou não sendo desenvolvido na pesquisa, mas nos aproximou da abordagem que desejávamos capturar, que era a Psicologia Comunitária.

Pelo fato de não possuímos um contato prévio com a psicologia comunitária durante a graduação, a orientadora do projeto percebeu a importância do embasamento teórico para repensarmos nossa prática. Procurando destacar a importância de nossa postura ética com relação à pesquisa. A nossa relação com a comunidade deveria se estabelecer por meio de trocas, evitando assim, apenas usurpar da comunidade para produzir textos acadêmicos. Já que buscávamos nos relacionar com aquela comunidade pelo desejo inicial

de desenvolver uma pesquisa, também deveríamos descobrir qual o desejo deles com relação a nós. Deveríamos questioná-los como poderíamos retribuir à pesquisa, por isso estava estabelecida uma prática pra além da pesquisa.

E assim se desfez o tema inicial e acabamos envolvidas em estabelecer uma troca, pensando em intervenções que possibilitassem crescimento múltiplo, valorizando a pesquisa-ação e as relações estabelecidas com os membros da comunidade.

Se a prática da intervenção, que for realizada em determinada comunidade, não for uma prática libertadora que vise à emancipação dos indivíduos da comunidade em favor de lutarem por sua cidadania, ela acaba deixando a comunidade numa postura de dominada, onde os sujeitos tendem a agir como simples beneficiários e não como cidadãos que têm direito de reivindicar por suas demandas. Portanto, no presente trabalho busca-se enxergar a comunidade não como necessitada de doação, a qual precisa de intervenção no sentido de arrecadar recursos e no fazer por ela. Mas sim, enxergar a comunidade como parceira nessa intervenção, que procura trabalhar junto para que esta se coloque como lutadora por seus ideais, identificando seus problemas e os caminhos que podem ser seguidos para solucioná-los, buscando uma melhor interação em seu meio e com seu meio. *“As pessoas de uma determinada comunidade são os principais protagonistas de seus saberes, de suas vicissitudes e da criação de instrumentos capazes de auxiliar o desenvolvimento de sua realidade”* (PEREIRA, 2001, p. 171).

E nesse sentido seguiu nossa pesquisa-intervenção, buscando nos questionar sobre qual seria a melhor forma de possibilitar uma intervenção naquela comunidade. Desenvolvemos possibilidades na cotidianidade das relações, bem como compartilhando entre o grupo e a orientadora, leituras e reflexões de diferentes pontos de vista.

## **2. O ENCONTRO COM A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA**

Durante esta experiência tivemos a oportunidade de nos aproximar da psicologia comunitária, desde seus aportes teóricos até a experiência prática. Durante este encontro, não fomos buscar no indivíduo a gênese para seus problemas e questões, mas sim analisamos e buscamos intervir nos contextos em que as pessoas se desenvolvem. Como diz Musitu (2004):

O entorno social não é algo necessário ou unicamente negativo e fonte de problemas e conflitos para indivíduos e grupos, mas é também fonte de recursos e potencialidades positivas. (...) o entorno social e cultural é fonte tanto de conflitos como de soluções. Isto é, impõe limitações mas também aporta recursos. (2004, p.19)

Começamos a compreender que é relevante não nos centrarmos mais unicamente no indivíduo (MUSITU, 2004), mas sim voltar o olhar para o entorno social e cultural, pensando de que forma este contexto contribuiu para a formação daquele indivíduo em particular. Entendendo que é exatamente este entorno que irá dar os suportes necessários e também as dificuldades inevitáveis para a formação de uma pessoa enquanto cidadão.

Partindo desta discussão, começamos a entender que ao se fazer uma pesquisa é importante que a comunidade participe desta produção não apenas como um objeto de estudo. Já que, como diz Musitu (2004):

Ao se fazer ciência, é necessária a participação da comunidade. A prática do psicólogo comunitário está mais voltada para o desenvolvimento de potencialidades e recursos do que em sanar déficits, buscando, sempre a potencialização da comunidade. Tem como meta, a transformação social. Sobre isso diz Lane (1996) “desenvolver grupos que se tornem conscientes e aptos a exercer um autocontrole de situações da vida através de atividades cooperativas e organizadas” (2004, p. 25).

Sua caracterização ainda envolve uma orientação eminentemente prática, sendo a teoria uma forma de organização. Parte do princípio da união entre teoria e prática e tem como pressuposto de organização a autogestão. Estas são as características que formam o substrato em comum de uma Psicologia Comunitária. Esta, no entanto, é construída a partir do contexto social, econômico e político de cada localidade. É, portanto, um fazer cheio de peculiaridades.

Ao nos afetamos por esses saberes, percebemos que a nossa proposta inicial de pesquisa era realmente contraditória com relação à produção teórica em psicologia comunitária. Nós havíamos escolhido um tema sem pensar em uma prática. Ao chegarmos ao bairro, começamos a perceber que havia tantas coisas acontecendo por ali, que a

pesquisa sobre assistencialismo acabou não fazendo mais sentido. Encontramo-nos, então, com algumas garotas do bairro e começamos a nos aproximar delas procurando entender porque suas mães tinham medo que elas ficassem na rua, como era a relação delas com a escola, suas perspectivas de futuro. Assim, a prática nos levou a outros campos de pesquisa.

### **3. DIFERENTES FORMAS DE INTERVENÇÃO**

Para falar pensarmos em uma intervenção na comunidade, necessitamos aprofundar no conhecimento das diferentes perspectivas de intervenção social pesquisadas: dirigida, participativa e situada. Essas linhas de ação e pensamento se caracterizam como formas de intervenção no social e exibem peculiaridades. Estas foram apresentadas e detalhadas na tese de doutorado de Marisela Martinez Montenegro, “*Conocimientos, agentes y articulaciones: una mirada situada a la Intervencion Social*”, em 2001, e nos serviu de base a fundamentação teórica.

A autora pontua que uma intervenção social pode ser efetuada com base em diferentes perspectivas, a saber, a dirigida, a participativa e a situada. Para que exista o que é conceituado de intervenção para as perspectivas dirigidas e participativas é necessária uma relação entre dois elementos distintos. Os interventores/as (profissionais, técnicos, voluntários, etc) que se propõe a transformar com sua ação situações que são vistas como problemáticas na qualidade de vida do segundo grupo, os intervindos (clientes, beneficiários, grupo com necessidades especiais). Essas correntes de intervenção social postulam a transformação de certas condições de vida das pessoas.

A intervenção social e psicossocial busca atacar os problemas sociais presentes na sociedade a partir de modelos teóricos que explicam o que é social e quais são as possíveis causas dos problemas; e modelos práticos sobre quais são as melhores maneiras de incidir sobre estes problemas a favor das pessoas envolvidas nas situações problemáticas. (MONTENEGRO, 2001, p. 74)

Segundo Montenegro (2001), em uma perspectiva dirigida de intervenção social, as definições sobre problemas sociais enfatizam que o diagnóstico deve ser realizado ou a partir de critérios objetivos de situações que poderiam ou deveriam ser transformadas, ou quando um grupo relevante define algumas condições como problema e põem em marcha

ações para sua solução. O funcionalismo é a corrente teórica que embasa a intervenção dirigida.

A autora expõe outra perspectiva de intervenção social, a perspectiva participativa que compreende os problemas sociais atuais como produto das relações sociais discrepantes presentes na sociedade. Assim, a partir desta perspectiva, o problema social fundamental contra o qual se deve lutar é a exploração (econômica, cultural, social) dos seres humanos no sistema capitalista.

A forma de entender o social da maioria das teorias participativas se baseia em que não são apenas os grupos marginalizados que necessitam de transformação, mas a sociedade como um todo. A visão da sociedade se faz de um ponto conflitivo, apresentando uma sociedade dividida e que possui interesses opostos. Ainda afirma-se que os recursos econômicos, sociais e culturais desta sociedade estão distribuídos de modo desigual entre os diferentes grupos sociais. A sociedade é estruturada a partir de relações de dominação e exploração, opressores e oprimidos. As pessoas que estão em situação de marginalização política e econômica tendem a ver como natural a situação em que vivem e não como um processo histórico de dominação. E nesse ponto que existe a necessidade de se trabalhar. A visão social que interfere na intervenção participativa é o Marxismo.

Nas propostas de intervenção participativa e dirigida os problemas sociais são definidos principalmente com base nos conhecimentos especializados. Nestas perspectivas de intervenção, observa-se a presença dos agentes externos que re-dirigem e reorganizam as inquietudes presentes na comunidade, abrindo espaços de reflexão e de ação. As pessoas da comunidade ou coletivos que sofrem problemas sociais são vistos como vivendo sob condições de opressão e, portanto, devem atuar para reverter as condições sociais nas quais vivem, porém essa atuação é acompanhada de intelectuais politicamente comprometidos com a transformação social dessas condições.

Numa perspectiva situada de intervenção social adota-se uma postura crítica com relação à visão representacionista da realidade. Assim, os problemas sociais são analisados como produtos de processos de definição coletiva, constroem-se como objetos por intermédio de práticas e discursos num marco sócio histórico e cultural que permite certas construções e não outras. Os problemas sociais são, então, histórica e contextualmente situados e além disso, são construções momentâneas e dinâmicas (MONTENEGRO, 2001).

Diferentemente das intervenções participativas e dirigidas, uma perspectiva situada de intervenção social não “encara” os problemas sociais a partir de um conhecimento especializado, mas sim implica em ações coletivas em prol de um objetivo comum, socialmente definido. Essas ações envolvem as vidas das pessoas, as relações, discursos e práticas sociais, com uma visão do social mais anarquista (Montenegro, 2001).

Segundo a mesma autora os agentes de transformação social seriam pessoas, grupos, organizações, instituições etc. que são conceitualizados como capazes de levar a cabo ações de transformação. Estes agentes se articulam para atuar sobre algum fenômeno definido, *na própria articulação*, como digno de transformação. Assim, não há posições únicas, fixas e imutáveis, mas uma pluralidade de posições e conexões, um movimento contínuo de articulações. Este movimento e pluralidade abrem a possibilidade de que características de diferentes agentes estejam envolvidas nos trabalhos de intervenção e, também, a possibilidade de articulação com outros movimentos ou blocos históricos. Nestas articulações as próprias posições de cada agente são modificadas.

#### **4. METODOLOGIA**

A maneira clássica de se buscar informações dentro de pesquisas qualitativas é trabalhar com entrevistas. Estas constituem parte importante do processo. No entanto, quanto se perde ao tirar alguém de seu cotidiano, sentar-se à sua frente com um gravador e fazer-lhe perguntas que o pesquisador considera importantes?

Perde-se a fala do cotidiano, não dirigida e não preocupada com possíveis gravações. Perde-se de observar, de viver junto. O cotidiano, como diz Spink (2008) em seu artigo, O pesquisador conversador no cotidiano, é tudo o que temos. Ao não levá-lo em consideração perdemos de conhecer a realidade de alguém como um todo complexo e formado por uma série de pequenos acontecimentos, fatos e histórias. Sobre as conversas do cotidiano Menegon (1999) diz:

As conversas do cotidiano permeiam as mais variadas esferas de interação social. Mas, por serem consideradas corriqueiras, dificilmente pensamos na riqueza e nas peculiaridades que possam estar presentes nessa forma de comunicação (p. 215).

Esta foi a perspectiva que norteou a pesquisa, por considerar importante conhecer o cotidiano e não apenas um recorte de vida. Sobre estas questões, Peter Spink (2008) diz: “Virar as costas para o cotidiano é abrir mão da possibilidade de uma inserção mais caótica no mundo das ações sociais; uma inserção ordinária e corriqueira - diferente da daquela do especialista e do observador imparcial” (p. 4). Na vida diária, quando não estamos dentro de uma pesquisa, o cotidiano é o lugar que possuímos para conhecer as pessoas. E porque ao assumir a posição de pesquisador as coisas se tornam diferentes?

A metodologia que foi utilizada nesta pesquisa permitiu que as futuras psicólogas entrassem em contato com outra postura ética do pesquisador. Foi uma experiência única em quatro anos de universidade, e, mesmo que não nos tornemos psicólogas sociais comunitárias esta possibilidade de trabalho já penetrou nossos corpos.

## **5. E O QUE FOI FEITO?**

Pela afinidade do grupo com a perspectiva situada de intervenção social e por demais atravessamentos, o inicial desejo de pesquisar as questões que permeavam práticas assistencialistas foi deixado de lado, outra questão nos capturou. Vendo e ouvindo (de uma moradora local) a necessidade de “se fazer algo com adolescentes” que vivem situações de vulnerabilidade bastante complexas, surgiu a idéia de fazermos algo com estas meninas. Para definir o que seria feito, precisaríamos conhecer o cotidiano delas e vice-versa.

No início, para buscarmos uma aproximação, fizemos uma pequena festa na casa de uma delas (filha da moradora que foi a nossa “porta de entrada para a comunidade”), cinco garotas estavam presentes. À partir deste momento de conhecimento inicial, tivemos encontros semanais com diferentes atividades que faziam parte do cotidiano das meninas. A angústia de não saber o que fazer nos acompanhou. Inicialmente, era grande a dificuldade de irmos até elas sem ter nenhuma ação planejada previamente, saber delas o que elas gostariam de fazer. Inclusive, mesmo para as adolescentes esta nossa postura causou um estranhamento inicial.

Mas no decorrer da pesquisa, fomos nos familiarizando com esta forma de intervenção e com a metodologia. Assim, propusemo-nos a conhecê-las a partir do que tínhamos acesso, seu dia-a-dia. A partir disto, passamos a freqüentar as casas delas, os

projetos que faziam parte, fomos comer amora no pé e ir nadar em um riozinho que corre por lá.

Nestes encontros surgiam assuntos que gravitavam entre as nossas diferenças sociais e étnicas, o sentimento delas em relação ao bairro, seus gostos musicais. Se chegássemos até elas com uma postura de pesquisadoras que vieram conhecê-las, provavelmente não iríamos conseguir saber nada sobre elas. Isto porque todas as vezes que entrávamos em conversas mais sérias e “universitárias” as palavras delas eram: “sei lá...” e silenciavam, ou mudavam de assunto. E quando estávamos ali junto com elas tomando banho de rio, os assuntos surgiam com toda a espontaneidade e riqueza.

## 6. CONCLUSÃO

Um ponto relevante no vivenciarmos esta experiência foi pensar a postura do psicólogo. De quais formas pretendemos nos inserir em um campo de trabalho. Dirigido, participativo, situado? A idéia era trabalhar em um sentido situado, mas como é difícil... As outras maneiras de inserção ainda estão em nossos corpos, e por vezes, nos víamos discutindo: acho que você está pensando de uma maneira muito participativa, ou então: Nossa! Este encontro foi bem situado! A ética permeou as discussões durante todo o fazer, trazendo as responsabilidades que um trabalho como este carrega para cada uma de nós.

Houve ainda a possibilidade de freqüentar um universo que escapa aquele que garotas universitárias costumam ir. O circuito Centro – Universidade foi levado além. Tivemos a oportunidade de conhecer a cidade de Londrina em um contexto mais amplo. As periferias também fazem parte da cidade e como viver cinco anos em um lugar sem tomar conhecimento disto? A realidade daquelas pessoas é muito diferente da experimentada por nós. Elas não têm asfalto e, muitas vezes, nem piso no chão de casa. Por vezes, a família toda divide o mesmo quarto e, a sala e a cozinha são juntas. Elas têm necessidades, desejos, medos, gostos diferentes dos nossos, mas assim mesmo, podemos dialogar. Esta foi uma experiência parecida com a experimentada dentro do grupo, talvez por isso tenha sido mais fácil manejar.

Uma última questão que nos ficou como possibilidade de reflexão na realização do trabalho é o da psicologia para quem. Seria o psicólogo um profissional voltado para quem



possa pagar pelos seus serviços? Mas e os que não podem, terão acesso? Pensamos que a psicologia precisa ampliar seus espaços de alcance, isso porque existe grande parte da população que, por meios financeiros não pode ter acesso. No entanto, isto não significa que não há demanda por parte deles. E qual postura nós, futuros psicólogos tomaremos?

Com o vivenciar da pesquisa novas formas de pensar foram plantadas. Foi aberto um espaço para questionamentos e, pensamos que, nenhuma das autoras irá esquecer-se da responsabilidade que temos com a melhora das condições de vida das pessoas. Já que queremos viver em um mundo melhor algo precisa ser feito, ao invés de esperar por, esperar pelo, esperar quando, esperar de, faremos algo nós mesmas, nem se for através dos micro-espaços.

## 7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. *Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil*. In: Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MENEGON, Vera Mincoff. *Porque jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano*. In: Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas./Spink, Mary Jane (org.). São Paulo: Cortez, 1999.

MUSITU, Gonzalo Ochoa. *Surgimiento y desarrollo de la Psicología comunitária*. In: Introducción a la psicología comunitária. Aragón, Barcelona: Editorial UOC, 2004.

MONTENEGRO, Marisela Martinez. *Conocimientos, agentes y articulaciones: una mirada situada a la Intervencion Social*. Tese doutorado. Programa de Doutorado de Psicologia Social. Universidade Autônoma de Barcelona. Enero, 2001.

PELBART, Peter Pál . VIDA CAPITAL- Ensaio de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

SPINK, Peter. *O pesquisador conversador no cotidiano*. In: Psicol. Soc. v.20 n.spe, Porto Alegre, 2008, ISSN 0102-7182 versão impressa.

